



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços
Pregão Eletrônico (SRP) Nº 11/2022
Processo Administrativo nº 23205.011278/2022-25

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a **Aquisição de GLP, gases especiais, medicinais, industriais e nitrogênio líquido para os Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

a) Quantidade Mínima: representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

b) Quantidade Máxima: representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

1.1.1.1. A **Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário	Valor Máximo Aceitável
1	3004003000005 LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, 10M³ Carga de Oxigênio Medicinal, 10m³. Carga para cilindro de oxigênio gasoso medicinal (O2) com capacidade de 10m³. Carga completa de oxigênio gasoso medicinal (O2). Gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5%, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kPa, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988, produto sem efeito tóxico. CATMAT/CATSER:370419	UNIDADE	1	3	R\$ 303,75	R\$ 911,25

	3004003000012	QUILOGR AMA	25	75	R\$ 15,09	R\$ 1.131,75
2	CERRO LARGO/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂), CILINDRO DE 25 KG Gás incolor, inodoro, liquefeito a altas pressões e ligeiramente ácido. Conhecido também como anidrido carbônico ou gás carbônico. Acondicionado na forma liquefeita, pressão de vapor de 58,3 kgf/cm ² a 21 °C. Limite de tolerância do produto de 3900 ppm, pureza de 99,0%. OBS: a empresa fornecedora do produto deverá fornecer o cilindro em comodato. 25 Kg corresponde a carga de 1 cilindro de CO ₂ . CATMAT/CATSER:367675					
	3004003000010	QUILOGR AMA	9	18	R\$ 235,00	R\$ 4.230,00
3	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8 Carga de gás especial acetileno (C ₂ H ₂) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.8, equivalente a 99,8% puro, grau AA. Informações adicionais: N° CAS: 74-86-2, N° ONU: 1001. Fornecido em cilindro em comodato com capacidade mínima de 7 e máxima 9 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. CATMAT/CATSER:456087					
	3004003000008	METRO CUBICO	10	20	R\$ 449,62	R\$ 8.992,40
4	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: HÉLIO 5.0 Carga de gás especial hélio (He) para aplicação analítica em cromatógrafo gasoso acoplado a detector de massas (GC-MS). Grau mínimo de pureza 5.0, equivalente a 99,999% puro. Informações adicionais: N° CAS: 7440-59-7, N° ONU: 1046. Fornecido em cilindro em comodato com capacidade mínima de 6 e máxima de 10 m ³ . Fornecer FISPQ e laudo de análise química. CATMAT/CATSER:374983					
	3004003000009	QUILOGR AMA	17	34	R\$ 96,02	R\$ 3.264,68
5	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5 Carga de gás especial óxido nitroso (N ₂ O) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.5, equivalente a 99,5% puro, grau AA. Informações adicionais: N° CAS: 10024-97-2, N° ONU: 1070. Fornecido com cilindro na forma de comodato com capacidade mínima de 4 e máxima de 17 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. CATMAT/CATSER:422898					
	3036005000264	LITRO	75	150	R\$ 28,76	R\$ 4.314,00
6	CERRO LARGO/RS - CARGA DE NITROGÊNIO LÍQUIDO Carga de Nitrogênio Líquido, aspecto físico incolor, inodoro, altamente refrigerado, fórmula química N ₂ , massa molecular 28,96, grau de pureza mínimo de 99,999%, número de referência química CAS 7727-37-9. CATMAT/CATSER:4059540					

7	3004003000011	METRO CUBICO	15	30	R\$ 50,29	R\$ 1.508,70
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE NITROGÊNIO MEDICINAL Carga de Nitrogênio Medicinal, Gás comprimido, nome nitrogênio, em m³, aspecto físico inerte, incolor, inodoro, fórmula química N2, massa molecular 28,96, grau de pureza teor mínimo 99,5% V/V, característica adicional uso medicinal, número de referência química CAS 7727-37-9. CATMAT/CATSER:376255					
8	3004003000003	METRO CUBICO	12	24	R\$ 30,38	R\$ 729,12
	CERRO LARGO/RS - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2) Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. CATMAT/CATSER:429464					
9	3004003100019	QUILOGRAMA	3	6	R\$ 22,21	R\$ 133,26
	CHAPECÓ/SC - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), 2KG GÁS INCOLOR, INODORO, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM2 A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. 2 KG CORRESPONDE À RECARGA DE 1 CILINDRO DE CO2. CATMAT/CATSER:367675					
10	3004003100010	METRO CUBICO	5	10	R\$ 449,62	R\$ 4.496,20
	CHAPECÓ/SC - CARGA DE GÁS ESPECIAL: HÉLIO 5.0 CARGA DE GÁS ESPECIAL HÉLIO (HE) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM CROMATÓGRAFO GASOSO ACOPLADO A DETECTOR DE MASSAS (GC-MS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 5.0, EQUIVALENTE A 99,999% PURO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 7440-59-7 , N° ONU: 1046. FORNECIDO EM CILINDRO EM COMODATO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 E MÁXIMA DE 10 M³. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:374983					
11	3004003100015	UNIDADE	1	2	R\$ 475,33	R\$ 950,66
	CHAPECÓ/SC - CARGA DE GLP, 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO/PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45. CATMAT/CATSER:46678					
12	3004003100005	QUILOGRAMA	4	9	R\$ 235,00	R\$ 2.115,00

	CHAPECÓ/SC -CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8 CARGA DE GÁS ESPECIAL ACETILENO (C ₂ H ₂) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.8, EQUIVALENTE A 99,8% PURO, GRAU AA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Nº CAS: 74-86-2, Nº ONU: 1001. FORNECIDO EM CILINDRO EM COMODATO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 E MÁXIMA 9 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:456087					
	3004003100020	QUILOGRAMA	62	125	R\$ 15,09	R\$ 1.886,25
13	CHAPECÓ/SC CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂), CILINDRO DE 25 KG GÁS INCOLOR, INODORO, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. CONHECIDO TAMBÉM COMO ANIDRIDO CARBÔNICO OU GÁS CARBÔNICO. ACONDICIONADO NA FORMA LIQUEFEITA, PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM ² A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. OBS: A EMPRESA FORNECEDORA DO PRODUTO DEVERÁ FORNECER O CILINDRO EM COMODATO. 25 KG CORRESPONDE A CARGA DE 1 CILINDRO DE CO ₂ . CATMAT/CATSER:367675					
	3004003100014	QUILOGRAMA	40	80	R\$ 22,21	R\$ 1.776,80
14	ERECHIM/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂), 2KG ENTREGA EM ERECHIM-RS GÁS INCOLOR, INODORO, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM ² A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. 2 KG CORRESPONDE À RECARGA DE 1 CILINDRO DE CO ₂ . LOCAL DE ENTREGA: CAMPUS ERECHIM-RS CATMAT/CATSER:367675					
	3004003100004	QUILOGRAMA	10	20	R\$ 235,00	R\$ 4.700,00
15	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8 CARGA DE GÁS ESPECIAL ACETILENO (C ₂ H ₂) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.8, EQUIVALENTE A 99,8% PURO, GRAU AA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Nº CAS: 74-86-2, Nº ONU: 1001. FORNECIDO EM CILINDRO EM COMODATO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 E MÁXIMA 9 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:456087					
	3004003000014	METRO CUBICO	10	20	R\$ 92,46	R\$ 1.849,20
16	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: AR SINTÉTICO 5.0 EMISSÃO Alta pressão, Aço T, Ar sintético 5.0 ou superior tendo índice de hidrocarbonetos menor que 0,1 ppm, CO e CO ₂ menor que 2 ppm e pureza maior que 99,99%. Nº ONU: 1002. Fornecido com cilindro na forma de comodato com capacidade mínima de 9,6 m ³ e 20C0 kgf/cm ² . CATMAT/CATSER:377322					

17	3004003000013	METRO CUBICO	20	40	R\$ 107,37	R\$ 4.294,80
	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ARGÔNIO 5.0 Carga de gás especial Argônio (Ar). Grau mínimo de pureza 99,99 %. Informações adicionais: N° CAS: 7440-37-1, N° ONU: 1006. Fornecido com cilindro na forma de comodato com capacidade mínima de 9,6 m3, 190 kgf/cm2, para Pressão de trabalho: 450 ± 10 kPa e Consumo: 0,74 m3 /h CATMAT/CATSER:415106					
18	3004003100009	METRO CUBICO	5	10	R\$ 449,62	R\$ 4.496,20
	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: HÉLIO 5.0 CARGA DE GÁS ESPECIAL HÉLIO (HE) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM CROMATÓGRAFO GASOSO ACOPLADO A DETECTOR DE MASSAS (GC-MS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 5.0, EQUIVALENTE A 99,999% PURO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 7440-59-7 , N° ONU: 1046. FORNECIDO EM CILINDRO EM COMODATO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 E MÁXIMA DE 10 M³. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:374983					
19	3004003000019	METRO CUBICO	7	15	R\$ 136,03	R\$ 2.040,45
	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: HIDROGÊNIO 4.5 Garga de Gás Especial Hidrogênio (H2) para aplicação analítica em cromatógrafo GC 2010 PLUS detector tipo FID FDP. Grau mínimo de pureza 4.5, equivalente a 99,995% puro. Fórmula química H2, massa molecular 2 g/mol, número de referência química CAS 1333-74-0; fornecido em cilindro tipo T, com no mínimo 7,0 e no máximo 10,0 m3 de volume. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. Obs: O cilindro deverá ser fornecido em forma de comodato. CATMAT/CATSER:381871					
20	3004003000007	METRO CUBICO	3	6	R\$ 722,77	R\$ 4.336,62
	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: METANO 4.5 Carga de gás especial metano (CH4) para aplicação analítica em cromatógrafo gasoso acoplado a detector de massas (GC-MS). Grau mínimo de pureza 4.5, equivalente a 99,995% puro. Informações adicionais: N° CAS: 74-82-8, N° ONU: 1971. Fornecido em cilindro em forma de comodato com capacidade mínima de 1 e máxima de 2 m³. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. CATMAT/CATSER:396883					
21	3004003100007	QUILOGR AMA	10	20	R\$ 96,02	R\$ 1.920,40
	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5 CARGA DE GÁS ESPECIAL ÓXIDO NITROSO (N2O) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.5, EQUIVALENTE A 99,5% PURO, GRAU AA, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 10024-97-2 , N° ONU: 1070. FORNECIDO COM CILINDRO NA FORMA DE COMODATO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 E MÁXIMA DE 17 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO					

	DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:422898					
22	3004003000017	METRO CUBICO	5	10	R\$ 146,02	R\$ 1.460,20
	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS NITROGÊNIO 5.0 Carga de Gás Nitrogênio 5.0 Analítico pureza mínima: 99,999%, fórmula química N2, massa molecular 28,96 g/mol, número de referência química CAS 7727-37-9; fornecido em cilindro tipo T, para ser acoplado em linha de gases, com no mínimo 7,0 e no máximo 10,0 m3 de volume. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. Obs: O cilindro deverá ser fornecido em forma de comodato. CATMAT/CATSER:366180					
23	3004003100003	QUILOGR AMA	8	16	R\$ 235,00	R\$ 3.760,00
	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8 CARGA DE GÁS ESPECIAL ACETILENO (C2H2) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.8, EQUIVALENTE A 99,8% PURO, GRAU AA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Nº CAS: 74-86-2, Nº ONU: 1001. FORNECIDO EM CILINDRO EM COMODATO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7 E MÁXIMA 9 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:456087					
24	3004001100017	UNIDADE	8	16	R\$ 172,43	R\$ 2.758,88
	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS GLP 13 GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - GÁS DE COZINHA. MATERIAL: COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOTIJÃO COM 13KG, RETORNÁVEL, FABRICADO SEGUNDO NORMA DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 846 0. APLICAÇÃO: FOGÕES DOMÉSTICOS CATMAT/CATSER:461652					
25	3004003100021	UNIDADE	4	8	R\$ 475,33	R\$ 3.802,64
	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GLP 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO/PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45. CATMAT/CATSER:436873					
26	3004003100012	METRO CUBICO	8	16	R\$ 30,38	R\$ 486,08

	LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2) Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. Cilindro de 40 L = carga de 7 m3 CATMAT/CATSER:429464					
27	3004003100018	QUILOGRAMA	4	8	R\$ 22,21	R\$ 177,68
	REALEZA/PR - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), 2KG GÁS INCOLOR, INODORO, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM2 A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. 2 KG CORRESPONDE À RECARGA DE 1 CILINDRO DE CO2. CATMAT/CATSER:367675					
28	3004001000003	UNIDADE	7	15	R\$ 172,43	R\$ 2.586,45
	REALEZA/PR - CARGA DE GÁS GLP 13 GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - GÁS DE COZINHA. MATERIAL: COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOTIJÃO COM 13KG, RETORNÁVEL, FABRICADO SEGUNDO NORMA DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 846 0. APLICAÇÃO: FOGÕES DOMÉSTICOS CATMAT/CATSER:461652					
29	3004001000002	UNIDADE	3	6	R\$ 475,33	R\$ 2.851,98
	REALEZA/PR - CARGA DE GLP, 45 KG Carga de gás GLP (gás liquefeito de petróleo), composição: butano/propano, fornecido em cilindro P-45. CATMAT/CATSER:46678					
30	3036005100002	LITRO	250	500	R\$ 28,76	R\$ 14.380,00
	REALEZA/PR - CARGA DE NITROGÊNIO LÍQUIDO Carga de Nitrogênio Líquido, aspecto físico incolor, inodoro, altamente refrigerado, fórmula química N2, massa molecular 28,96, grau de pureza mínimo de 99,999%, número de referência química CAS 7727-37-9. Entrega no campus Realeza-PR. CATMAT/CATSER:405954					
31	3004003100002	METRO CUBICO	20	40	R\$ 50,29	R\$ 2.011,60
	REALEZA/PR - CARGA DE NITROGÊNIO MEDICINAL CARGA DE NITROGÊNIO MEDICINAL, GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, FORNECIDO EM M³, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7727-37-9. CATMAT/CATSER:376255					

	3004003100011	METRO CUBICO	200	400	R\$ 30,38	R\$ 12.152,00
32	REALEZA/PR - CARGA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (O2) Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O2. Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. Cilindro de 50 L = carga de 10 m3 CATMAT/CATSER:429464					
Valor máximo aceitável total						R\$ 106.505,25

1.1.1.1.1. Informamos que podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.comprasnet.gov.br, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação e o que consta neste Anexo. A razão disso são as mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SIASG e a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou quando da entrega dos produtos nos campi, o licitante deve sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e/ou contatar o Pregoeiro.

1.2. Especificações do objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma compra com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.2. Neste processo pode-se observar a repetição de itens. Esta replicação se faz necessário para o atendimento dos diferentes Campi com a possibilidade de contemplar fornecedores locais, sem, no entanto, inibir demais fornecedores. Ademais, a localização de alguns Campi, pode influenciar no custo final dos produtos, especialmente considerando os custos de transportes. Todavia, no que se refere aos orçamentos, para o estabelecimento dos valores de referência, informamos que foram feitos prioritariamente, com fornecedores que conseguiriam atender aos diferentes endereços, assim, manteve-se a isonomia de valores.

1.2.3. Outra justificativa é que cada campus se encontra geograficamente em regiões comerciais distintas dos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. E, através de acordos comerciais, os representantes locais dos fabricantes de gases especiais não podem comercializar em regiões diferentes daquelas estipuladas nos contratos com a matriz, o que inviabiliza financeiramente o custo do transporte dos cilindros a longas distâncias.

1.2.4. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que os materiais deste Termo serão solicitados em períodos diferentes durante a vigência da Ata de Registro de Preços, assim como a entrega dos materiais ocorrerá em cidades distintas, conforme local de entrega informado neste Termo de Referência, conforme local de entrega informado neste Termo e Planilha de Distribuição de Materiais constante no **“ENCARTE C”**.

1.2.5. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos gases.

1.2.6. O vencedor do certame, durante todo o período de fornecimento, deverá fornecer os cilindros de gases especiais em regime de comodato, em quantidade a ser determinada em comum acordo, e ao final serão devolvidas pela Instituição.

1.2.6.1. Para os gases que apresentam em seu descritivo a informação “Fornecido em cilindro em comodato”, o comodato do cilindro deverá ser mantido por um período de no mínimo 12 meses a partir da entrega ou enquanto o cilindro dispôr da carga do gás envazada.

1.2.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.3.1. Da Pesquisa de Preços:

1.3.1.1. Para a orçamentação dos itens foi utilizado o Parâmetro I e IV da In nº 73/2020. Devido a discrepância de valores encontrados no Painel de Preços, que podem envolver vários fatores como frete, quantidade fornecida, uso de comodato de cilindro, entre outros fatores, o resultado da pesquisa de preço é a média da pesquisa com fornecedores e a do Portal de Compras Governamentais, representando dessa forma, os preços praticados no mercado regional. Para os parâmetros II e III, não foram considerados devido a não disponibilidade dos produtos em questão nestes espaços.

1.3.2. Dos Valores:

1.3.2.1. Os valores utilizados como referencial de preço máximo nesta Licitação, foram definidos pelo requisitante aplicando-se a **média** dos preços por ele pesquisados para cada item deste processo licitatório.

1.3.2.2. O valor máximo aceitável para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 106.505,25 (Cento e seis mil, quinhentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).**

1.4. Da Garantia

1.4.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor.

1.4.2. A garantia dos cilindros em comodato ficará atrelada às obrigações da Contratada, descritas no **item 7** deste Termo de Referência e ao contrato de comodato a ser firmado entre a UFFS e Contratada, e obrigará a empresa a realizar a manutenção e/ou substituição do cilindro em caso de necessidade.

1.4.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.4.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos materiais substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

1.5. Da Qualificação do produto

1.5.1. Para comprovar a qualificação dos produtos deste Termo de Referência, o licitante deverá observar as informações constantes na descrição dos itens.

1.5.2. Para os itens cujo descritivo apresenta menção a laudo de análise química, justifica-se tal exigência em razão de que o laudo de análise química fornece a composição do gás e a presença ou não de contaminantes. Nas entregas efetivadas nos campi da UFFS até hoje, os fornecedores de gases entregam os cilindros etiquetados com essa informação. O laudo de análise química precisa estar explícito para que comprove o grau de pureza exigida em edital e não comprometa peças dos equipamentos da Central

Analítica, e/ou a sua finalidade.

1.5.3. A composição também pode ser confirmada juntamente a FISPQ que é fornecida de acordo com ABNT NBR 14725. A FISPQ fornece informações sobre vários aspectos de produtos químicos (substâncias ou misturas) quanto à proteção, à segurança, à saúde e ao meio ambiente. A FISPQ fornece, para esses aspectos, conhecimentos básicos sobre os produtos químicos, composição do gás e recomendações sobre medidas de proteção e ações em situação de emergência.

1.5.4. Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

1.5.5. A Administração verificou tecnicamente item a item quais são os fornecimentos sujeitos às regras de qualidade, sendo a apresentação da FISPQ obrigatória por força de norma. É obrigatória a emissão da FISPQ para todo produto químico classificado como perigoso de acordo com o GHS (Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos) e, também, a todo produto químico não classificado como perigoso, mas cujos usos previstos ou recomendados derem origem a riscos à segurança e saúde dos trabalhadores, como materiais diversos que ao serem manipulados e cortados gerem poeiras ou voláteis passíveis de serem inspirados ou substâncias adsorvidas pela pele. A FISPQ é um documento que atende à norma da ABNT NBR 14725 e fornece informações sobre vários aspectos de produtos químicos (substâncias ou misturas) quanto à proteção, à segurança, à saúde e ao meio ambiente. A FISPQ fornece, para esses aspectos, conhecimentos básicos sobre os produtos químicos, composição do gás e recomendações sobre medidas de proteção e ações em situação de emergência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Do enquadramento do fornecedor na condição de ME/EPP

2.2.1. Em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015, após análise da solução, a Unidade Requisitante entende que, com exceção do GLP (itens 11, 24, 25, 28 e 29), CO₂ (itens 09, 14 e 27) e nitrogênio líquido (itens 6 e 30), e baseando-se no Art. 10º do Decreto 8.538/2015, solicitamos que o edital da licitação não seja exclusivo para ME/EPP/COOP, pois o mercado é restrito para prestação de serviços referentes a gases especiais, sendo que no mercado nacional existem apenas quatro fabricantes aptos a atender à necessidade institucional. Nos processos anteriores deste tipo de aquisição, realizados pela UFFS, a participação na licitação foi feita pelas centrais fabricantes de gases (empresa matriz) e subdelegada entrega aos distribuidores locais, e essas matrizes não se enquadram no porte de empresa ME/EPP/COOP. Não obstante, estamos com a necessidade eminente de que o certame não seja frustrado, para que não haja interrupção das análises realizadas e planejadas com os equipamentos GC-MS e AAS e por isso, queremos ampliar a concorrência, deixando a livre participação de empresas de quaisquer portes.

2.3. A justificativa para não aplicação da exclusividade para todos os itens do processo, foi apresentada pela Unidade Requisitante no Item 4.10.2. do Pedido de Compras, documento número 10 do processo no Sipac.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.024/2019, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

4.2. O uso do Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade de aquisições frequentes e pela impossibilidade de se definir previamente o quantitativo a ser efetivamente empenhado, em vista de que os equipamentos/materiais deste Termo de Referência serão adquiridos na medida em que a demanda ocorrer na Universidade, consoante disposto, respectivamente, no Art. 3º, Incisos I e IV do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações.

4.2. O uso do **Sistema de Registro de Preços** justificada pela Unidade Requisitante:

O objeto deste pedido são itens de uso específico e indispensáveis nas atividades laboratoriais da instituição, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes e no Decreto nº 7.892/2013 (especialmente o inciso II do Art. 3) e suas alterações.

Deste modo, considerando o planejamento institucional que contempla aquisições de itens que estão sendo solicitados neste processo no ano de 2022 (conforme PGC/2022) evocamos a otimização e economicidade processual, bem como a conveniência da previsão de entregas parceladas (considerando que a ata terá validade de um ano), deste modo viabilizará as aquisições pretendidas no segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023.

5. Dos Critérios de Sustentabilidade

5.1. Em atenção às disposições do artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938 de 1981, do Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013 e legislação correlata e conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 4ª Edição, agosto/2021**, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes na tabela constante no **item 1 deste Termo de Referência** deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental abaixo:

Itens	A descrição compreende	Base legal consultada	Requisito de certificação ambiental
		Categoria	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32	A fabricação de oxigênio, dióxido de carbono, acetileno, hélio, óxido nitroso, nitrogênio, ar, argônio, hidrogênio.	<p>15 - Indústria Química</p> <p>FTE consultada:</p> <p>15 – 1: Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos.</p>	<p>Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica.</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 5.1.3.2 do TR).</p> <p>b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE B” (item 5.1.3.1. do TR).</p> <p>c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 5.1.3.3. do TR).</p>
11, 24, 25, 28, 29	A fabricação de gás liquefeito de petróleo (GLP).	<p>Categoria</p> <p>15 - Indústria Química</p> <p>FTE consultada:</p> <p>15 – 2: Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira.</p>	<p>Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica.</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 5.1.3.2 do TR).</p> <p>b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE B” (item 5.1.3.1. do TR).</p> <p>c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 5.1.3.3. do TR).</p>
20	A fabricação de gás metano.	<p>Categoria</p> <p>1 - Extração e Tratamento de Minerais.</p> <p>FTE consultada:</p> <p>1 – 5: Perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.</p>	<p>Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica.</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta</p>

			licitação (item 5.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE B” (item 5.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 5.1.3.3. do TR).
--	--	--	---

5.1.2. Quando for solicitada a apresentação de **Certificado de Regularidade do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA - CTF/APP, o Certificado deverá estar válido e conter chave de autenticação eletrônica**, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;

5.1.2.1. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente;

5.1.2.2. As fichas de enquadramento (FTEs) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do IBAMA;

5.1.2.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal e demais licenças ambientais, será solicitado para os produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país.

5.1.3. Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto conforme constante no Termo de Referência, a proposta selecionada será desclassificada, exceto quando:

5.1.3.1. **O fabricante for dispensado do registro ambiental, por força de dispositivo legal**, a licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme **Modelo de declaração disponível no “Encarte B” do Termo de Referência**;

5.1.3.2. **Não for possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá cadastrar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual**, desde que correlatas a natureza do objeto, sob pena de não-aceitação/habilitação da Proposta;

5.1.3.3. **Se tratar de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.**

5.2. A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no Decreto nº 10.024/2019 e Legislação correlata.

5.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas

Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens, deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de ciência por parte do fornecedor da emissão da Nota de Empenho.

6.2. **Para os itens 9, 14 e 27**, recarga de Carga de Dióxido de Carbono (CO₂) – 2kg, por tratar-se de um item que torna inviável ao fornecedor ofertar a recarga no Campus devido o seu baixo custo (valor de referência R\$ 22,21), a UFFS concorda em levar e buscar o cilindro para recarga até o local especificado pelo fornecedor da melhor proposta desde que o serviço de recarga seja ofertado em um raio máximo de 80km do Campus de entrega.

6.2.1. A Contratada deverá estar ciente de que poderão ser empenhados quantitativos em períodos diferentes, dentro da validade do Ata de Registro de Preços;

6.3. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Endereço 1 (CCL): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, Av. Jacó Reinaldo Haupenthal, 1580, bloco de laboratórios 3, sala 108, CEP: 97900-000. Cerro Largo – RS. Fone: (55) 3359-3950. Em caso de necessidade contatar a Coordenação Adjunta de Laboratórios (laboratorios.cl@uffs.edu.br).

Endereço 2 (CCH): Via transportadora: Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó, Rodovia SC 484 Km 02, Bairro Fronteira Sul CEP: 89.801-001 Chapecó/SC. Fone: (49) 2049-6455. A/C: Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Chapecó.

Endereço 3 (CER): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Rodovia ERS 135, km 72, nº 200 Erechim – RS CEP 99700-970, Caixa Postal 764. Fone: (54) 3321-7077. Em caso de necessidade contatar a Coordenação Adjunta de Laboratórios (laboratorios.er@uffs.edu.br).

Endereço 4 (CLS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul, BR158, Km 405 mais 700 metros, CEP. 85.303-820 Laranjeiras do Sul – Paraná. Fone: (42) 3635-0026. Em caso de necessidade contatar a Coordenação Adjunta de Laboratórios (laboratorios.ls@uffs.edu.br).

Endereço 5 (CRE): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza, Rua Edmundo Gaievski, S/N (Acesso pela Rodovia. PR 182, Km 466), CEP 85.770-000. RealezaPR. (46) 3543-8347. Em caso de necessidade contatar a Coordenação Adjunta de Laboratórios (CLAB) ou Complexo Hospitalar Veterinário (SUHVU) (admhvu.re@uffs.edu.br).

6.4. A entrega dos materiais destinados a qualquer outro Campus, que não o Campus de Chapecó, deverá ser realizada através da emissão de NF de Simples Remessa com destino ao CNPJ correspondente e a Nota Fiscal de Faturamento com o CNPJ do Campus de Chapecó-SC.

6.5. As notas de simples remessa deverão ser emitidas nos seguintes CNPJ's de acordo com o Campus de sua entrega:

6.5.1. Campus de Chapecó: CNPJ Nº 11.234.780/0001-50;

6.5.2. Campus de Cerro Largo: CNPJ Nº 11.234.780/0003-12;

6.5.3. Campus de Erechim: CNPJ Nº 11.234.780/0002-31;

6.5.4. Campus de Laranjeiras do Sul: CNPJ Nº 11.234.780/0004-01;

6.5.5. Campus de Realeza: CNPJ Nº 11.234.780/0005-84.

6.6. A entrega dos materiais deste Termo de Referência deverá ser realizada mediante Nota Fiscal.

6.7. As notas deverão ser emitidas para o seguinte CNPJ:

6.7.1. Campus de Chapecó: CNPJ Nº 11.234.780/0001-50.

6.8. A entrega dos materiais deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários

(noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

6.9. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.10. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.11. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.11.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.13. Não ocorrendo, num prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação formal, o recolhimento dos materiais que estejam em desacordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência, poderá a Instituição providenciar a destinação que melhor lhe aprouver, independente da abertura e conclusão de eventual processo de penalização.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. objeto deve estar acompanhado do manual contendo laudo do produto, com uma versão em português;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.1.8. A Contratada deverá possuir funcionários devidamente treinados para a prestação do objeto deste Termo de Referência e manter seus técnicos devidamente identificados e uniformizados dentro das dependências da Universidade;

8.1.9. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;

8.1.10. Acatar as instruções de natureza técnica e as recomendações emanadas dos fabricantes dos equipamentos pertencentes ao patrimônio da UFFS;

8.1.11. Manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços de entrega e instalação dos cilindros de gases;

8.1.12. Dos cilindros em comodato:

8.1.12.1. O vencedor do certame, durante todo o período de fornecimento, deverá fornecer os cilindros de gases especiais em regime de comodato, em quantidade a ser determinada em comum acordo, e ao final serão devolvidos pela Instituição.

8.1.12.2. Os cilindros deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso conforme normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Quando não atendida essa condição o fornecedor deverá providenciar a substituição do cilindro defeituoso sem ônus à UFFS.

8.1.12.3. O transporte do cilindro deverá ser realizado por veículo devidamente sinalizado e equipado conforme normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), bem como o condutor possui curso do MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos).

8.1.12.4. Os cilindros deverão ser entregues nos endereços indicados de cada campus e a Contratada deverá proceder a movimentação e instalação na Central de Gases do respectivo campus, estando a Contratante desobrigada desta função.

8.1.12.4.1. O carrinho de transporte do cilindro deverá ser providenciado pelo fornecedor bem como os EPI's necessários ao funcionário responsável pela movimentação e instalação do cilindro.

8.1.12.5. O comodato do cilindro deverá ser mantido por um período de no mínimo 12 meses a partir da entrega.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I = (6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não será exigida garantia adicional, além da garantia legal, tendo em vista se tratar de bens consumíveis.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa:

16.2.2.1. moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.2.2. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 16.2.4** deste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O valor máximo aceitável da contratação é de **R\$ 106.505,25 (Cento e seis mil, quinhentos e cinco reais e vinte e cinco centavos)**.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

20.1.1. ENCARTE A – Modelo para apresentação de proposta;

20.1.2. ENCARTE B – Modelo de declaração de isenção da apresentação de certificado ambiental.

20.1.3. ENCARTE C – Planilha de distribuição de materiais.

Chapecó/SC, 27 de Junho de 2022.

GREICE PAULA HEINEN LEGRAMANTI

Chefe da Divisão de Contratação de Serviços Terceirizados e RDC's

LIDIANE MARCANTE

Superintendente de Compras e Licitações

Eu, **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Edital visando a **Aquisição de GLP, gases especiais, medicinais, industriais e nitrogênio líquido para os Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul**, pelo Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e dados constantes no Edital e seus anexos ora aprovado.

Chapecó/SC, 27 de Junho de 2022.

CHARLES ALBINO SCHULTZ

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Ordenador de despesas

ENCARTE “A”

MODELO DE PROPOSTA

REF. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 11/2022

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
CEP:	UF:	
Telefone: ()		
Email:		
Responsável pela proposta:		
RG:	CPF:	
DADOS BANCÁRIOS DA LICITANTE		
Banco:	Agência:	Número da Conta:

ITE M	DESCRIÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUAN T.	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
TOTAL R\$					

Cidade/UF, XX de XXXXXXXXX de 202X.

Assinatura/Carimbo

ENCARTE “B”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO
AMBIENTAL**

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 11/2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº,
declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a
....., exigida no Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 11/2022** da
Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de
.....

....., de de 2022.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.

ENCARTE “C”

Planilha de distribuição de materiais

Item	Campus Cerro Largo/RS	Campus Chapecó/SC	Campus Erechim/RS	Campus Laranjeiras do Sul/PR	Campus Realeza/PR
1				3	
2	75				
3	18				
4	20				
5	34				
6	150				
7	30				
8	24				
9		6			
10		10			
11		2			
12		9			
13		125			
14			80		
15			20		
16			20		
17			40		
18			10		
19			15		
20			6		
21			20		
22			10		
23				16	
24				16	
25				8	
26				16	
27					8
28					15
29					6
30					500
31					40
32					400